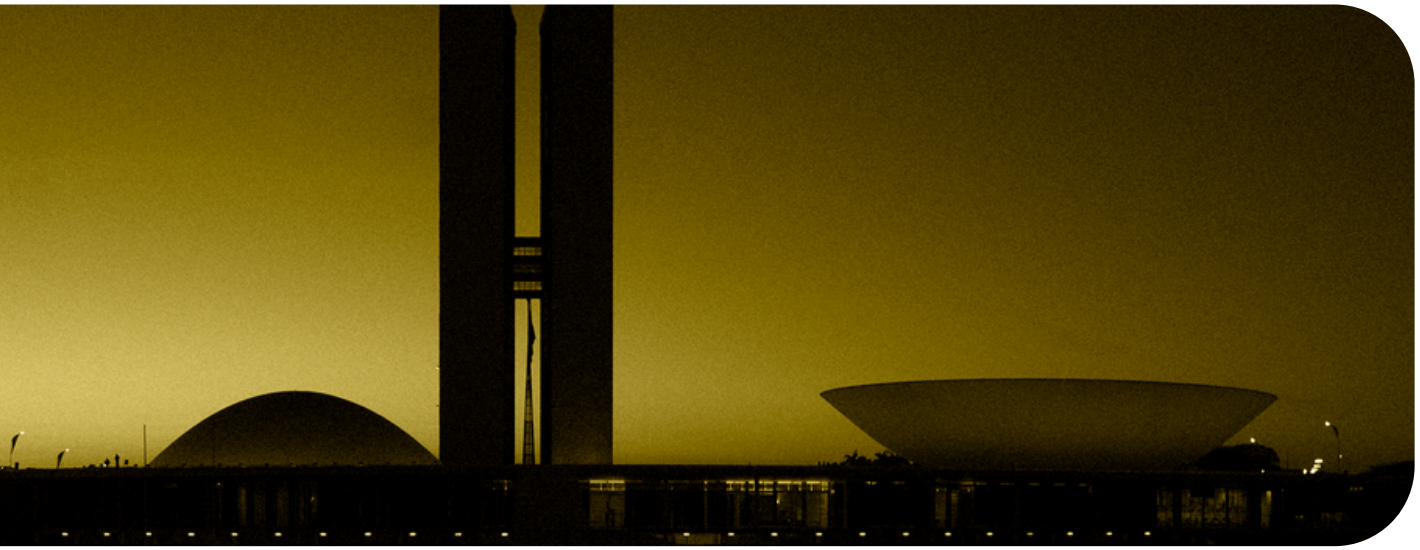
M&G CONSULTORIA POLÍTICA

FENAPEF FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS

Resumo Semanal

16 a 19 de novembro

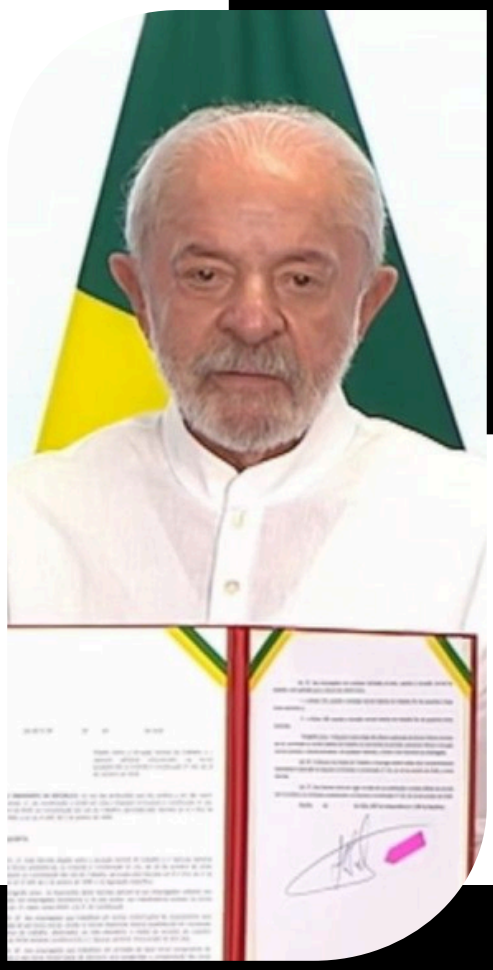


Destaques da Semana:

Pauta Fiscal

M&G CONSULTORIA POLÍTICA

Cenário Político



A semana foi marcada pelo avanço do ajuste fiscal no Senado, pela assinatura do decreto presidencial que regulamenta a transição para o fim da escala 6x1 e por novas movimentações na reforma ministerial. O desempenho do ministro do Planejamento, Bruno Moretti, na articulação do pacote econômico levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a avaliá-lo para o comando da Fazenda. No campo partidário, PSB e PDT oficializaram uma federação por pelo menos quatro anos para ampliar o poder de barganha no Congresso. Já na disputa pela presidência da Câmara, o Partido Novo lançou o nome de Paulo Martins, enquanto o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, recuou após criticar uma possível candidatura de Nikolas Ferreira, atribuindo a fala ao requisito constitucional de idade mínima.

Pauta Econômica

O Senado concluiu a votação do projeto de ajuste fiscal em turno suplementar, com placar final de 69 votos favoráveis e 2 contrários, encerrando a tramitação na Casa. Após a rejeição de destaques da oposição que buscavam alterar o teto de gastos e derrubar restrições a créditos tributários, o relator Eduardo Braga costurou acordos sobre a Lei Kandir e reduziu para 60 dias o prazo para regulamentar os supersalários. Segundo o Executivo, as alterações diminuíram o impacto estimado em R$ 6 bilhões, projetando uma melhora entre R$ 45,1 bilhões e R$ 50,1 bilhões em 2027. O presidente da Câmara, Hugo Motta, agendou a análise da matéria para a próxima segunda-feira, e o relator Mauro Benevides Filho afirmou que não fará novas mudanças no texto.

STF e Crise na PF

Em audiência conjunta nas comissões do Senado, o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, prestaram esclarecimentos sobre a troca de chefias no caso Banco Master. Ambos negaram interferência política, atribuindo a substituição dos delegados a uma quebra de confiança administrativa na entrega dos documentos. Na noite de quarta-feira, Andrei entregou ao presidente do STF, Edson Fachin, os novos relatórios descritivos sobre menções a ministros e um HD com a íntegra dos dados extraídos. Fachin manteve o material sob sigilo e concedeu prazo de 15 dias para manifestação da PGR. Paralelamente, Hugo Motta e Davi Alcolumbre reuniram-se com Alexandre de Moraes para pedir celeridade no julgamento das ações sobre a Lei da Dosimetria.



CÚPULA DA PF E MINISTRO NEGAM INTERFERÊNCIA NO CASO MASTER

Andrei Rodrigues e Wellington Lima prestam esclarecimentos no Senado sobre troca de delegados e revisão de relatórios envolvendo ministros do STF.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, compareceram a uma audiência conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública do Senado. Segundo a Agência Senado, ambos negaram qualquer interferência política nas apurações sobre o Banco Master e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Conforme noticiado pelo portal Metrópoles, o convite buscou esclarecer a perda de funções de chefia dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes, além da ordem para refazer relatórios com menções aos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. Rodrigues atribuiu a substituição a uma quebra de confiança, afirmando que a equipe assinou, inseriu no sistema e vazou o material sem apresentar a minuta prévia solicitada, descumprindo o caráter estritamente descritivo exigido pelo presidente do STF, Edson Fachin.

Durante a sessão conduzida pelo senador Otto Alencar, o ministro Wellington Lima reforçou, de acordo com a Agência Senado, que a corporação atua como polícia de Estado e possui autonomia para definir cargos de confiança. Rodrigues anunciou ainda o envio a Fachin do relatório refeito, da versão original e dos HDs com todos os dados extraídos. Os esclarecimentos, porém, enfrentaram contestação parlamentar. Autor dos requerimentos, o senador Alessandro Vieira discordou da natureza meramente administrativa do documento e avaliou que as respostas não corresponderam aos fatos, enquanto a senadora Damares Alves mencionou a possibilidade de pedidos de impeachment caso irregularidades sejam confirmadas. Segundo a TV Globo, o episódio ocorre em meio a desgastes internos na PF, marcados pela desfiliação de Rodrigues da associação de delegados e por atritos anteriores envolvendo decisões de ministros do Supremo.



SENADO CONCLUI VOTAÇÃO DO PACOTE DE AJUSTE FISCAL

Proposta conhecida como Plano Moretti passa por 69 votos a 2 após acordos com oposição e agronegócio, e segue para análise da Câmara na segunda-feira.

O Senado Federal concluiu a votação do projeto de ajuste fiscal do governo com 69 votos favoráveis e dois contrários em turno suplementar, encaminhando a matéria para a Câmara dos Deputados, onde o presidente Hugo Motta convocou sessão extraordinária para segunda-feira. Batizado de Plano Moretti, o texto relatado pelo senador Eduardo Braga projeta uma economia de cerca de R$ 50 bilhões em 2027 para ajudar a equipe econômica a perseguir o centro da meta de resultado primário. Entre os principais mecanismos aprovados estão a criação de um piso de contingenciamento que reduz o crescimento real das despesas de 2,5% para 2% quando acionado, a elevação de 10% para 20% no corte linear de benefícios tributários e a autorização para limitar compensações cruzadas de impostos, além de retirar até R$ 10,5 bilhões de subsídios ao diesel da meta de 2026.

Para destravar a aprovação, o plenário rejeitou três destaques da oposição, incluindo a tentativa de limitar o avanço das despesas a 0,6%, mas o relator cedeu em pontos estratégicos. Um acordo elevou de R$ 1 bilhão para R$ 2 bilhões o teto anual de repasses da Lei Kandir até 2030, atenuando a redução prevista sobre os atuais R$ 4 bilhões. Braga também acatou emendas que reduzem para 60 dias o prazo de regulamentação dos supersalários e que protegem créditos acumulados de PIS e Cofins, atendendo a demandas do agronegócio. Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que o ajuste não cortará programas sociais nem direitos, entidades industriais como a CNI criticaram o peso sobre o setor produtivo, e a Confederação Nacional de Municípios pediu a rejeição do texto diante de perdas estimadas em R$ 32 bilhões.

M&G
CONSULTORIA
POLÍTICA



Senado Federal

Sessão Deliberativa

16h | 18/11 | Plenário

PLP 299/2026 - Ajuste Fiscal

Senador Jaques Wagner (PT/BA) - Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para conferir ao Poder Executivo federal novos instrumentos de gestão com vistas a garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico; e dá outras providências.

Resultado: Aprovadas as Emendas nºs 90, 91 e 92, a Emenda nº 83, com subemenda, e adequações redacionais, em turno suplementar, e rejeitadas as demais emendas (Sim: 69; Não: 2; Abstenção:1 Presidente: 1; Total: 73).
Parecer nº 224/2026-Plen/SF, da Comissão Diretora, com a redação final da matéria, encaminhado à publicação e aprovada.
A matéria vai à Câmara dos Deputados.

M&G CONSULTORIA POLÍTICA

Comissão de Segurança Pública (CSP)

11h 17/11 Plenário 09

Finalidade:

Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLOA 2027 (PLN 24/2026), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2027". Relator: Senador Esperidião Amin

Resultado: Aprovado o relatório.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

11h 17/11 Plenário 09

Finalidade:

Destinada a ouvir o Exmo. Sr. Wellington César Lima e Silva, Ministro da Justiça e Segurança Pública, e o Senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre informações sobre a modificação dos relatórios da Polícia Federal a serem enviados à Presidência do Supremo Tribunal Federal quanto a eventual envolvimento de integrantes da Corte no contexto do caso Banco Master, bem como sobre o afastamento dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes, responsáveis pelos referidos relatórios, nos termos dos Requerimentos 39/2026-CCJ, 40/2026-CCJ, 13/2026-CSP e 14/2026-CSP.

Resultado: reunião realizada.

M&G
CONSULTORIA
POLÍTICA



Câmara dos Deputados

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

14h30 17/11 Plenário 01

PL 5877/2025 - Permite que Guardas ou Polícias Municipais integrem a Força Nacional

PL 5877/2025 - Capitão Alden (PL-BA) - Altera os arts. 1º, 5º e 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir as Guardas ou Policias Municipais entre as instituições com possibilidade de compor a Força Nacional de Segurança Pública.

Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator.

Notícias

O GLOBO

Lula anuncia ministério voltado aos idosos e afirma que 'não tem pressa' para definir primeiro escalão do quarto mandato

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta quinta-feira a criação de um ministério voltado aos idosos, mas afirmou que não tem pressa para fazer a reforma ministerial e escolher os nomes que estarão na Esplanada para o quarto mandato.
— Vou criar o ministério das pessoas idosas. O nome não é esse, mas vou criar para dar respeitabilidade à vida aos idosos — disse Lula.

CNN

Após avanço do plano Moretti, Lula planeja novo pacote de ajuste fiscal

O presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara um novo pacote fiscal para ser enviado ao Congresso Nacional.
O petista orientou as equipes econômica e social a preparar um conjunto de medidas com duração de quatro anos e com novas travas para gastos públicos.

FOLHA DE S.PAULO

PF entrega relatórios sobre citações a ministros do STF no caso Master, e Fachin anuncia envio à PGR

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Edson Fachin, recebeu nesta quarta-feira (18) os relatórios da PF (Polícia Federal) sobre a relação do ex-banqueiro Daniel Vorcaro com os ministros da corte. Ele informou que encaminhará o material para a análise da PGR (Procuradoria-Geral da República).
Em nota, o tribunal informou que a Procuradoria deve fazer o exame e a avaliação das providências que considerar cabíveis em um prazo de até 15 dias.

FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

M&G
CONSULTORIA
POLÍTICA

moreiraegregorio.com.br

linkedin.com/moreiraegregorio

(61) 98126-3938

moreiraegregorio@gmail.com

SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais. Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.